

MENSAGEM N.º 70/2017

**Senhor Presidente,
Senhora Vereadora
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa, o incluso Projeto de Lei Ordinária nº. 70, de 10 de novembro de 2017, que: **“Autoriza o Município de Iturama/MG a promover a regularização do direito de propriedade relativamente ao imóvel que menciona e dá outras providências”**.

O presente projeto tem o objetivo de receber autorização Legislativa, para que o Município de Iturama possa regularizar o direito de propriedade do referido imóvel à Mitra Diocesana de Ituiutaba/MG.

Cumpra esclarecer que a Mitra Diocesana de Ituiutaba/MG encontra-se de posse do referido imóvel há aproximadamente 40 anos, sendo que inclusive edificou benfeitorias, assumindo todas as responsabilidades.

Sendo assim, em que pese à construção da Capela São Vicente de Paula, pela Mitra Diocesana sobre o referido imóvel, não houve, até o presente momento, a consumação do ato de doação por parte do Município.

Dessa forma, tendo em vista que o imóvel encontra-se sob a posse e domínio da Mitra, onde, inclusive está situada a mencionada capela, necessário se faz a aprovação do presente Projeto de Lei, para regularizar o direito de propriedade.

Desde já coloco essa administração à disposição desta Casa Legislativa, para quaisquer outros esclarecimentos que julgar necessário.

Elevamos a Vossa Excelência e a seus Pares, votos de elevada estima e distinta consideração.

Assim sendo, diante da importância e alcance social do presente projeto solicitamos a sua apreciação e consequente aprovação em caráter de urgência.

Iturama – MG, 10 de novembro de 2017.


ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

Prefeitura Municipal de Iturama

PROJETO DE LEI Nº 70, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

“Autoriza o Município de Iturama/MG a promover a regularização do direito de propriedade relativamente ao imóvel que menciona e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal promover a regularização do direito de propriedade, mediante doação formal do bem imóvel descrito no art. 2º desta Lei, à Mitra Diocesana de Ituiutaba/MG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.238.639/0031-03 (filial), com sede na Paróquia Santa Rita de Cássia, à Rua Padre Ésio Rodrigues de Lima, nº 207, no Bairro Conjunto Habitacional Newton Cardoso, neste Município e Comarca de Iturama/MG.

Art. 2º O bem imóvel referido no artigo anterior é constituído com área total de 303,80 m² (trezentos e três e oitenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado no bairro Bom Sucesso, nesta cidade e Comarca Iturama-MG, dentro das seguintes medidas e confrontações: “medindo 9,8 metros de frente para a Av. João Paulo II; igual medida de fundo, confrontando com o Lote 17; do lado direito por 31,00 metros, confrontando com o Lote 15, e igual medida do lado esquerdo, confrontando com a Rua Santa Marta”, registrado no S.R.I local, sob a matrícula nº 9.996.

Parágrafo único. A área de que trata esta Lei é avaliada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo dispensado de proceder ao processo licitatório para efetuar a doação prevista nesta Lei, nos termos do § 4º, do art. 17, da Lei nº 8666/93, haja vista o evidente interesse público em legitimar a posse e regularizar o direito de propriedade sobre o imóvel descrito nesta Lei, que de fato pertence à Donatária indicada no artigo 1º, aproximadamente há 40 anos.

Parágrafo único. As benfeitorias edificadas sobre o imóvel foram efetuadas e são de propriedade da Donatária.

Art. 4º Sobre o imóvel, objeto desta Lei, nos termos da alínea “b”, do inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal Brasileira, fica ao Município vedado instituir impostos de qualquer natureza, inclusive o IPTU e o ITBI, além dos demais tributos municipais.

Art. 5º Todas as despesas relativas à transferência de propriedade do imóvel constante desta Lei serão de responsabilidade do Doador, considerando que a Donatária trata-se de uma entidade filantrópica.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário e consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama – MG, 10 de novembro de 2017.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Iturama/MG.

*A Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para oferecer parecer.*

Sala das Sessões, 15 / 12 / 2017

Presidente da Câmara

*A Comissão de Orçamento e tomada
de contas para oferecer parecer*

Sala das Sessões, 15 / 12 / 2017

Presidente da Câmara

Aprovado em 123 discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões em 15 / 12 / 2017

O Presidente

A Sanção

Sala das Sessões em 15 / 12 / 2017

O Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
Rua Ribeirão São Domingos, n. 673.
Telefone (0XX) 34 3411-2046
CNPJ/MF n. 20.039.525/0001-48



CERTIDÃO

CERTIFICADO, atendendo ao pedido verbal de parte interessada, que vendo e revendo nesta serventia todos os livros e demais papéis atinentes a REGISTROS sob o meu poder e guarda, deles verifiquei que, conforme **Matricula 9.996**, aberta em 04 de Maio de 1.988, por ficha no Livro R.G.2, deste S.R.I., **MUNICÍPIO DE ITURAMA**, inscrito no CNPJ sob n. 18.457.242/0001-74, entre outros lotes e quadras, o mesmo é PROPRIETÁRIO do **Lote 16**, da **Quadra 09**, com área de 303,80m², sem benfeitorias, situado no "**BAIRRO BOM SUCESSO**", nesta Cidade e Comarca de Iturama-MG, dentro das seguintes medidas e confrontações: "medindo 9,8 metros de frente para a Av. João Paulo II; igual medida de fundo, confrontando com o Lote 17; do lado direito por 31,00 metros, confrontando com o Lote 15, e igual medida do lado esquerdo, confrontando com a Rua Santa Marta". **NADA MAIS CONSTA** com referência ao pedido feito, até a presente data. Todo o referido é verdade e Dou Fé. _____
Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora. Iturama - MG, 09 de outubro de 2017. _____
Ana Carla Aguiar Silva
ESCREVENTE

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

Rua Ribeirão São Domingos, 653
Virma Morimotta Assis dos Santos
Oficial
CEP 38286-000 - ITURAMA - Minas Gerais

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício de Registro de Imóveis de Iturama
Número ordinal do ofício 03410401-27

Selo Eletrônico N° BRJ4/175
Cód. Seg.: 0583104335002730

Quantidade de Atos Praticados: 1
Emol: R\$28,13 Rec.: R\$1,69 Tx Fisc: R\$ 6,02 Total: R\$35,84
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

THE BRANDO



Prefeitura Municipal de Iturama - MG

CNPJ: 18.457.242.0001.74

SECRETARIA M. OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS



MEMORANDO INTERNO N.º 411/2017

Iturama-MG, 25 de outubro de 2017.


Da: **Secretaria M. Obras Públicas e Serviços Urbanos.**
Para: **Procuradoria Geral**
Assunto: **Doação de Terreno.**

Sr. Procurador Geral,

Encaminhamos por meio deste, documentação referente ao imóvel urbano de propriedade do **Município de Iturama**, formado pelo **Lote 16 da Quadra 09, Bairro Bom Sucesso**, nesta Cidade de Iturama-MG, para fins de edição de projeto de lei para doação à **Mitra Diocesana de Ituiutaba, Paróquia Santa Rita de Cássia**, imóvel onde está localizada a **Capela São Vicente de Paula**.

Sem mais, colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,


Divino Filho Borges
Secretário da SMOPSU

...nira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.238.639/0031-03 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/09/2003	
NOME EMPRESARIAL MITRA DIOCESANA DE ITUIUTABA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA SANTA RITA DE CASSIA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA					
LOGRADOURO R PADRE EZIO RODRIGUES DE LIMA		NÚMERO 207		COMPLEMENTO	
CEP 38.280-000	BAIRRO/DISTRITO CONJ HAB N CARDOSO	MUNICÍPIO ITURAMA		UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (34) 3411-5813			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/09/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 29/05/2017 às 09:40:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

[Preparar Página para impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua p](#)



Decreto

DOM PAULO SÉRGIO MACHADO
PORRÊDE
DASÉ
DEUS
APOSTÓLICA

Bispo Diocesano

de Itumbiaçu

A todos que este virem, saudação, paz e bênção no Senhor!

Pelo presente Decreto, no uso das faculdades concedidas pelo Código de Direito Canônico, consultado o Conselho Presbiteral e com o prévio consentimento do Revmo. Pároco do Ogrado Conado de Jesus, de cujo território é desmembrada, criamos a Paróquia "Santa Rita de Cássia", à qual damos os seguintes limites: partindo da avenida Antônio Serra, desvendo pelo córrego Quilândia, avenida Antônio Rodrigues de Lima — abrangendo o conjunto habitacional "Novo" Carrasco, conjunto habitacional Iturama, Residencial Sumaré e Bairro Iturama, bairro Calóssia, Bairro Cirino, Bairro Bom Sucesso, Bairro Antônio Bráulio e "Comunidade de São Denro.

A matriz da Paróquia será a atual "Capela" Santa Rita, à rua de Elzio Rodrigues de Lima, 207, Iturama, neste Ogrado de Minas Gerais, e guará de todos os direitos e observará os deveres paroquiais. Para isso, verá acordar mo, para digna conservação do Santíssimo Sacramento. Possuirá todas almas, livros e objetos necessários para a celebração da Paivara, da Eucaristia, dos Sacramentos e de outras cerimônias. Na atividade pastoral e na administração temporal, observem-se as diretrizes da Igreja e da Autoridade Episcopal. Sejam celebradas, com fervor e participação dos paroquianos, as festas litúrgicas e, de modo especial, a da Padroeira. Possuirá ainda os livros paroquiais para o registro dos Sacramentos, merecendo igual atenção o do Tomba, em que devam ser transcritos os documentos jurídicos, os de ordenação pastoral, assim como os mais importantes e úteis para a história da neo-Paróquia.

Dado e passado nesta cidade episcopal de Itumbiaçu, sob o nosso Sinal e Selo de nossas Armas, aos 03 de julho de 2003.

D. eu, Pe. João Gilberto de Moura, Chanceler do Episcopado, o subscrevi.

Paulo Sérgio Machado
+ Paulo Sérgio Machado

Selb de Nilschilkege

APE 34215

1863
 1864
 1865
 1866
 1867
 1868
 1869
 1870
 1871
 1872
 1873
 1874
 1875
 1876
 1877
 1878
 1879
 1880
 1881
 1882
 1883
 1884
 1885
 1886
 1887
 1888
 1889
 1890
 1891
 1892
 1893
 1894
 1895
 1896
 1897
 1898
 1899
 1900
 1901
 1902
 1903
 1904
 1905
 1906
 1907
 1908
 1909
 1910
 1911
 1912
 1913
 1914
 1915
 1916
 1917
 1918
 1919
 1920
 1921
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317

[illegible][illegible][illegible]

~~Aprobado~~ Para el pago de \$ 14'00
Registrado en el L 227 p. 68 v.
A la Casa del P.
Juzgado o Procuraduría N.º 14945
Dura 21 de Setiembre 1903

© United States Patent and Trademark Office



over the top ops

the way to the top

over the top ops

the way to the top

over the top ops



LAUDO DE AVALIAÇÃO

Nós, abaixo assinados, Membros da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Prefeito Municipal através da Portaria n.º 14 datada de 28 de março de 2017, procedemos, atendendo a solicitação do Secretário Municipal de Governo, a avaliação de um imóvel urbano, com benfeitorias, formado pelo **Lote 16 da Quadra 09, Bairro Bom Sucesso**, nesta Cidade de **Iturama-MG**, constante de um todo maior constante da **Matrícula n.º 9.996** do SRI local, conforme descrição abaixo:

Proprietário: **MUNICÍPIO DE ITURAMA (CNPJ: 18.457.242/0001-74)**

1) ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO:

O imóvel objeto desta avaliação está situado na Avenida João Paulo II, Bairro Bom Sucesso, nesta Cidade de Iturama-MG.

A região apresenta acesso facilitado através da Avenida Ayrton Senna do Brasil.

2) DO TERRENO:

O terreno possui frente ao nível do logradouro para o qual entesta, desenvolvendo topografia alinhada ao longo de toda a sua extensão, com solo aparentemente seco e de boa consistência, dotado de toda a infraestrutura necessária para o embasamento de construções, com as seguintes medidas e confrontações: Terreno sem benfeitorias, localizado no cruzamento do alinhamento predial da Rua Santa Marta com a Avenida João Paulo II, medidos na dita avenida, medindo 9,080 metros de frente para o lado ímpar da Avenida João Paulo II, igual medida aos fundos confrontando com parte do lote 17; De um lado medindo 31,00 metros confrontando com o lote 15, igual medida do outro lado confrontando com a Rua Santa Marta, perfazendo um total de 303,80 m².

3) DO VALOR RESULTANTE DA AVALIAÇÃO:

3.1) Valor do Terreno:

Área do Terreno	Valor Total
303,80 m ²	R\$30.000,00


3.2) APURAÇÃO FINAL

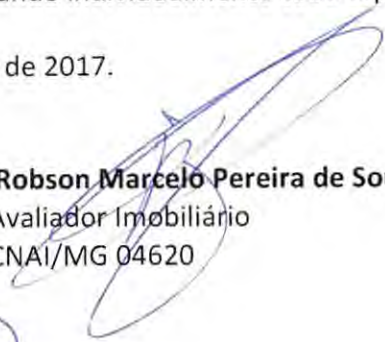
O imóvel foi avaliado num total de **30.000,00 (Trinta mil reais)**


4) DISPOSIÇÕES FINAIS

Como se observa, levando em consideração a atual conjuntura do mercado de imóveis em Iturama-MG., apresentamos o presente laudo, discriminando individualmente cada aspecto.

Iturama-MG, 10 de outubro de 2017.


Marco Túlio de Agostini
Engenheiro Civil
CREA/MG 5063673922


Robson Marcelo Pereira de Souza
Avaliador Imobiliário
CNAI/MG 04620


Divino Filho Borges
Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos



MEMORIAL DESCRITIVO

Para fins de demonstração.

Lote _____ 16

Quadra _____ 09

Área _____ 9,80 x 31,00 = 303,80 m²

Localização: **Bairro Bom Sucesso**, nesta Cidade de
Iturama-MG

Medidas e Confrontações: Terreno localizado no cruzamento do alinhamento predial da Rua Santa Marta com a Avenida João Paulo II, medidos nesta última; Medindo 9,80 metros de frente para a Avenida João Paulo II, igual medida aos fundos confrontando com parte do lote 17; De um lado medindo 31,00 metros confrontando com o lote 15, igual medida do lado confrontando com a Rua Santa Marta, perfazendo um total de **303,80 m²**.

Iturama-MG, 10 de outubro de 2.017.



R.T.: Sebastião Firmino Ferreira

CREA: 5060271340/TD-SP

Visto: 13845-MG



TÍTULO Croqui da Quadra 09 do Bairro Bom Sucesso, nesta Cidade de Iturama-MG, para fins de demonstração do Lote 16 (Matrícula 9.996 do SRI local).	DESENHO: Fausto	DATA: Out / 2.017
	ESCALA: 1 / 750	FOLHA: Única

RESP. TÉCNICO:

SEBASTIÃO FIRMINO FERREIRA
 CREA: 5060271340/TD-SP
 VISTO: 13845-MG

WIKIPÉDIA

Cúria diocesana

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

A **Cúria Diocesana** ou **Mitra Diocesana** (fazendo uma alusão à mitra, insígnia de jurisdição e governo próprio do bispo) é um organismo administrativo que cada diocese e eparquia na Igreja Católica possui. É composta pelas principais autoridades da diocese.

Descrição

Os funcionários da cúria auxiliam o bispo diocesano no governo da Igreja particular. A cúria inclui o vigário-geral, que, normalmente, é também o moderador da cúria; vigários episcopais se eles existem na diocese; o chanceler da cúria; vice-reitores; notários; um diretor financeiro; e um conselho financeiro. O bispo pode, também, adicionar outros funcionários de sua escolha.^[1]

Referências

- Can. 469—494 of the 1983 *Code of Canon Law* (http://www.vatican.va/archive/ENG1104/_INDEX.HTM)
-

Obtida de "https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cúria_diocesana&oldid=41939128"

Esta página foi editada pela última vez à(s) 05h41min de 18 de abril de 2015.

Este texto é disponibilizado nos termos da licença Creative Commons - Atribuição - Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada (CC BY-SA 3.0); pode estar sujeito a condições adicionais. Para mais detalhes, consulte as condições de uso.

Termo de
→ Regularização
funcionária, mediante
doação sem
encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 70/2017.

O Projeto de Lei nº 70/2017, de autoria do Poder Executivo, em análise por essa Procuradoria Geral, visa doar imóvel do município em favor da Mitra Diocesana de Ituiutaba/mg.

De pronto já verifico a inconstitucionalidade do projeto de lei em apreço, pois existe vedação constitucional a doação de bens às igrejas como preceitua o artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, reproduzo:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais, exame em apreço na consulta nº 707.515, vejamos:

“De conformidade com o art. 19, I, da citada Lei Magna, é proibido à União, Estados, Distrito Federal e Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Diante desse comando, tenho que ao Poder Público é proibido subvencionar igreja, tampouco dificultar o seu funcionamento ou com ela manter relacionamento de ajuda financeira, ainda que por simples doação de terreno.”

Dessa forma, aponto pela Inconstitucionalidade do projeto de lei em análise.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

Ressalta-se, por fim, que o quorum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA


PROCURADORIA GERAL

de 2/3 (**dois terços**), conforme preleciona o art. 263, XI do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 30 de novembro de 2.017.


Dr. David Tribiolli Corrêa
Advogado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLENO – SESSÃO: 08/03/06

RELATOR: CONSELHEIRO MOURA E CASTRO

CONSULTA Nº 707515

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

I – RELATÓRIO

O Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis, Sr. Ivan de Oliveira, consulta este Tribunal sobre a legalidade de o município fazer doação de área para construção de igreja evangélica.

Pela Auditoria foi dito que a matéria já foi examinada e decidida por esta Corte.

II – FUNDAMENTOS

1 – Preliminar

Manifesto-me pelo conhecimento da consulta, pois a parte é legítima, e a matéria, doação de bens públicos, por refletir questão patrimonial, encontra-se inserida na atribuição institucional desta Corte.

(OS DEMAIS CONSELHEIROS MANIFESTARAM-SE DE ACORDO COM O RELATOR.)

CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO CARONE COSTA:

ACOLHERAM, POR UNANIMIDADE, A PRELIMINAR DE CONHECIMENTO PROPOSTA PELO CONSELHEIRO RELATOR.

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

2 – Mérito

De primeiro, convém realçar que é na Carta Fundamental da República em que devemos buscar as diretrizes para responder a presente consulta.

De conformidade com o art. 19, I, da citada Lei Magna, é proibido à União, Estados, Distrito Federal e Municípios “*estabelecer cultos religiosos ou*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Diante desse comando, tenho que ao Poder Público é proibido subvencionar igreja, tampouco dificultar o seu funcionamento ou com ela manter relacionamento de ajuda financeira, ainda que por simples doação de terreno.

CONSELHEIRO SYLO COSTA:

Pela ordem. Deveria, inclusive, ser cobrado imposto de todas.

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

Mas acho que ela está imune a imposto.

CONSELHEIRO SYLO COSTA:

Sim, mas para poder dar palpite político, em lei, em assunto econômico do país, etc. e tal, deveria pagar imposto, para ter direito e ser igual a todo mundo. O Tratado de Latrão acabou com esse negócio de mistura de Estado com igreja há muito tempo. O Estado é independente.

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

A Constituição Federal é explícita a respeito da adoção da doutrina do Estado laico e da igreja livre qualquer que seja a crença cultuada.

A esse respeito, extrai-se de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado o entendimento segundo o qual *“a Magna Carta, em seu art. 19, inciso I, vedou expressamente à União, Estados, Distrito Federal e Municípios subvencionar; estabelecer cultos religiosos; ou com eles manter relações de dependência. Assim sendo, o legislador constitucional quis dar aos entes federados que compõem a República Federativa do Brasil a condição de Estado laico”*. (Proc. 1.0000.00.251043-6/000.

Des. Brandão Teixeira. Acórdão publ. no MG de 20/12/02).

E mais, na Súmula TC nº 25, temos que *“a despesa realizada pelo Poder Público com a subvenção de culto religioso é ilegal e de responsabilidade pessoal do ordenador”*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, o Estado deve proteger e garantir o exercício livre das religiões (art. 5º, VI/CF), com elas colaborando, sempre no interesse público, não significando isso, evidentemente, auxílio nas despesas com a construção de templo, sob pena de identificação com a igreja beneficiada, contrariando, por conseguinte, o aspecto laico das pessoas políticas.

III – CONCLUSÃO

Com esses apontamentos, inclusive arrimado na Constituição da República, art. 19, I, e em jurisprudência colacionada, respondo negativamente à consulta formulada.

(OS DEMAIS CONSELHEIROS MANIFESTARAM-SE DE ACORDO COM O RELATOR.)

CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO CARONE COSTA:

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

PARECER JURÍDICO

*Análise da legalidade e constitucionalidade de
regularização fundiária de posse de imóvel
público*

I – DOS FATOS E FUNDAMENTOS DO PARECER

Foi solicitado desta Assessoria Jurídica especializada a emissão de parecer com relação aos aspectos de legalidade e constitucionalidade do projeto de lei que trata de matéria de regularização fundiária da detenção de imóvel urbano de titularidade do Município de Iturama.

Nesse sentido, em diligências realizadas pela municipalidade, verificou-se que as pessoas já realizaram edificação e criaram a justa expectativa com relação ao imóvel, já que exercem detenção em total boa-fé, e que a doação, ainda que precária realizada à Paróquia, efetuou-se há mais de 40 (quarenta) anos.

Sabe-se que os atos nulos não produzem efeitos. Porém, no campo da posse/detenção de imóveis urbanos, a grande maioria dos Municípios brasileiros encontra problemas fundiários, seja em razão de ocupações de áreas públicas, seja em razão de concessões de direito real de uso, doações verbais, ou como no presente caso, doação eivada de nulidade em razão do vício da origem, porém que aparentam a situação de regularidade perante os donatários, ou seja, a posse do imóvel público, em todos estes casos, é vista como legítima em razão da boa-fé do terceiro donatário.

1



Assim é que, conforme ocorre com a União, também cabe ao Município a adoção de medidas para regularização fundiária da posse legítima, através da adoção de medidas, de preferência as menos gravosas, já que o direito individual do terceiro de boa fé não pode ser extirpado, solução que pode ser pior que o próprio negócio jurídico em si, por ferir-se inclusive a dignidade da pessoa humana.

No âmbito do Município, cabe a menção de que a alienação, entre elas a doação de imóveis públicos, depende de três requisitos cumulativos, dentre eles a avaliação prévia do valor, a autorização legislativa, e a realização de licitação pública, nos termos da Lei 8.666/93, a qual determina a adoção da modalidade Concorrência Pública.

2

Porém, a própria Lei de Licitações dispensa a realização da mesma, nos seguintes termos:

"Art 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

l - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei no 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal incluía-se tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros

quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública: (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)"

Portanto, não obstante a origem das doações/ocupações terem sido viciadas, a iniciativa do Poder Executivo, qual seja, a criação de um mecanismo municipal de regularização fundiária, preserva tanto o interesse público como o interesse individual dos donatários de boa fé.

Neste sentido, adoção de medidas de reintegração de posse, além dos conflitos constitucionais, não traria solução imediata, haja vista que se trata de "posse velha", sendo que não seria cabível a liminar de reintegração de posse, e o processo se arrastaria por longos anos, o que tornaria a medida ainda mais irreversível diante do transcurso do tempo.

3

Recentemente foi publicada a Lei Federal nº 13.465/2017, a qual estabelece alguns paradigmas a serem atendidos pelos Entes públicos na regularização fundiária.

A proposta de Lei Municipal nada mais faz do que regulamentar a matéria em âmbito local, com as especificidades que o caso requer.

A matéria é regida no âmbito local na Lei Orgânica do Município:

*"Art. 109. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;
II – quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo, através de lei.*

Art. 110. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, à entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

Portanto, o projeto de lei do Executivo tem condições jurídicas a torna-lo apto a ser votado.

II – DO PARECER JURÍDICO

Diante do exposto, opina esta assessoria jurídica especializada pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei que estabelece a regularização fundiária com a convalidação de doação para a Paróquia, ocorrida há mais de 40 (quarenta) anos.

4

Este é o parecer, s. m. j.

De Uberlândia/MG para Iturama/MG, 12 de dezembro de 2017.

Daniel Ricardo Davi Sousa

OAB/MG 94.229

Haiala Alberto Oliveira

OAB/MG 98.420



Roberta Catarina Giacomo

OAB/MG 120.513



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 70/2017

AUTOR: PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITURAMA/MG A PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE RELATIVAMENTE AO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DATA DE RECEBIMENTO:
ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:
PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 14 / 12 /2017

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE: [Assinatura]

ENTREGUE AO RELATOR EM 14 / 12 /2017

ASSINATURA DO RELATOR: [Assinatura: Fabiano Amaral]

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM 14 / 12 /2017

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE: [Assinatura]

ENTREGUE AO RELATOR EM ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO RELATOR: [Assinatura]

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES **VISTO DO PRESIDENTE**

13ª Reunião Extraordinária EM 18 / 12 /2017

EM ____ / ____ /2017



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 70/2017 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITURAMA/MG A PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE RELATIVAMENTE AO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

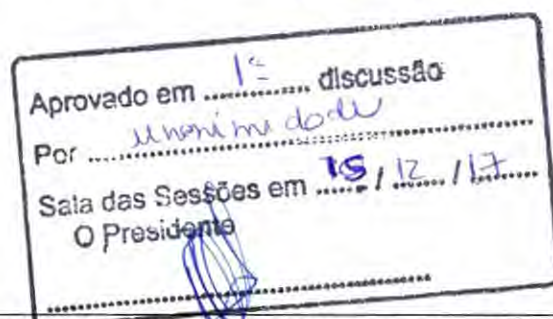
Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 70/2017, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 14 de dezembro de 2017

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral





CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 70/2017 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITURAMA/MG A PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE RELATIVAMENTE AO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 70/2017, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 14 de dezembro de 2017

Presidente: Renato José dos Reis

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas

Relator: Wender Peres de Lima (Túlio do Lanche)

Aprovado em <u>14</u> discussão
Por <u>unanimidade</u>
Sala das Sessões em <u>15</u> / <u>12</u> / <u>17</u>
O Presidente <u>[assinatura]</u>